

AS FORMAS DE AGRICULTURA NO NORDESTE E SUAS RELAÇÕES COM O MODELO ECONÔMICO DO PACTO COLONIAL

Maria Sulamita de A. Vieira

INTRODUÇÃO

Reconhecemos ser uma tentativa muito pretenciosa a de escrever sobre as formas de agricultura predominantes hoje no Nordeste brasileiro, estabelecendo algumas das suas possíveis relações com o chamado modelo econômico do pacto colonial, (*) mesmo porque não podemos falar de uma unidade do Nordeste, como região sócio-econômica. Apesar disso, aceitamos correr este risco, partindo de que, para colaborarmos com o desenvolvimento de uma sociologia preocupada com a análise

(*) Entre a metrópole e a colônia criou-se um pacto: a colônia, além de fornecer matéria-prima, não se dedicaria às culturas e manufaturas que a colocassem em competição com a metrópole, sendo, portanto, obrigada a importar da mesma os artigos necessários, não produzidos aqui. Para que fosse cumprido esse pacto, foi-se estruturando um modelo econômico, cujas linhas básicas se definiram ao se organizar a exploração da cultura da cana-de-açúcar. Estamos denominando *economia do pacto colonial*, portanto, aquele modelo econômico a partir do qual se processou a colonização do Brasil, cujos caracteres principais são: propriedade privada de grandes extensões de terra, mão-de-obra escrava e produção voltada para o mercado externo. O pacto colonial caracteriza-se, pois, por uma dependência da colônia com relação à metrópole. Como diz Nelson Omegna, "a economia da colônia vive da e para a economia da metrópole".

da realidade que nos cerca, temos que explicitar as nossas idéias e abrimos as nossas mentes à crítica.

Tentamos, pois, neste trabalho, uma sistematização do nosso pensamento a respeito das influências do passado sobre a atual estrutura agrária nordestina. Essa idéia nos ocorreu durante o curso de mestrado em Sociologia do Desenvolvimento da UFC, que estamos concluindo. Representa, portanto, este pequeno trabalho, uma tentativa de reflexão nossa a partir de uma experiência profissional que vivemos na região, apoiando-nos teoricamente no pensamento de alguns autores discutidos durante o curso.

Atentando para a amplitude do tema, definimo-nos por:

- a) caracterizar a economia agrária nordestina do modelo colonial, relacionando-a, sempre que necessário e possível, à política de colonização mais geral;
- b) caracterizar a economia agrária nordestina do Brasil atual, enfocando ao mesmo tempo as possíveis alterações sofridas pelo sistema, analisando, portanto, as suas relações com o modelo econômico do pacto colonial.

Sentimos um pouco de dificuldade quanto à delimitação da área, face à diversificação de critérios normalmente encontrada na literatura. Finalmente, após a consulta de alguns documentos oficiais — SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento Econômico do Nordeste, Ceará e Piauí. Em publicações oficiais, além destes, estudiosos da área, nos definimos por pensar em Nordeste como a região que engloba os Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí. Em publicações oficiais, além destes, está incluído o Estado do Maranhão e Norte de Minas Gerais. No entanto, por não dispormos de informações suficientes sobre essas regiões e, sobretudo, porque na própria literatura questiona-se a sua inclusão na região Nordeste, preferimos não enquadrá-las aqui. Na verdade, necessitamos de critérios mais rigorosos e precisos para delinear os limites referidos, mas isso requer um estudo bem mais profundo. Como se sabe, essa delimitação feita oficialmente se liga, dentre outras razões, à política governamental de combate às secas e, nessa perspectiva de

se definir o chamado "polígono", interferiram interesses político-partidários, destituídos de uma objetividade científica e que levam a distorções na interpretação e intervenção governamentais sobre a realidade nordestina.

Dentre outras, neste trabalho, preocupam-nos as seguintes questões:

- algumas vezes se tem rotulado de "feudal" a economia nordestina. Faz sentido esse tipo de afirmativa?
- Como se situa, na economia nordestina, a chamada produção de mercado?
- como região "subdesenvolvida", o Nordeste brasileiro conserva ainda a estrutura e a organização da economia colonial no seu contexto agrário?

Temos consciência de que interrogações dessa natureza não poderiam ser respondidas ou discutidas suficientemente, tomando-se a realidade nordestina isoladamente, como se não guardasse estreitas relações histórico-estruturais com o restante da sociedade brasileira e sobretudo com um modo de produção mais amplo. No entanto, por limitações do próprio trabalho (em termos de seus propósitos), sempre que possível nos restringiremos ao Nordeste, fazendo referências à realidade mais abrangente na medida em que se fizer indispensável. Na verdade, nossa intenção é que este trabalho possa contribuir, de uma forma ou de outra, para o esclarecimento de algumas das muitas questões ainda obscuras sobre a nossa realidade. Portanto, não temos pretensão de encerrar uma discussão, mas de abrir várias.

1 — A ECONOMIA AGRÁRIA NORDESTINA, SEGUNDO O MODELO DO PACTO COLONIAL

"No alvorecer do século XV, a história portuguesa muda de rumo. Integrado nas fronteiras geográficas naturais que seriam definitivamente as suas, constituindo territorialmente o Reino, Portugal se vai transformar num país marítimo; desliga-se, por assim dizer, do continente e volta-se para o Oceano que se abria para o outro lado; não tardará, com suas empresas e conquistas de ultramar, em se tornar uma grande potência colonial". (Prado Júnior, 1976: 19-20).

Na verdade, a expansão marítima portuguesa está ligada à expansão marítima de vários outros países europeus e, mais precisamente, reflete a expansão de um absorvente sistema econômico que aos poucos se formava e foi definindo até uma consolidação mais forte que chega aos nossos dias. Referimo-nos ao sistema capitalista. Não podemos esquecer que este sistema tem sofrido grandes impactos, sobretudo a partir da segunda década deste século, com a Revolução russa e com os vários outros movimentos políticos de natureza socialista ocorridos ao longo do tempo, que levaram a uma divisão do mundo em dois grandes blocos, dividindo assim o centro das grandes decisões.

Aquela expansão pelos mares, portanto, não se fazia por acaso ou simples "espírito de aventura" dos navegadores. Havia um interesse bem definido, qual seja o interesse econômico orientando e impulsionando as grandes viagens marítimas. Desse modo, as descobertas de novas terras e a sua conseqüente colonização faziam parte de uma política expansionista, orientada pela filosofia do mercantilismo. Assim, o comércio europeu que até o século XIV se desenvolvera modestamente, muito mais por via terrestre, contando com poucos recursos em termos náuticos, ganha nova dimensão a partir do século XV, quando também se desenvolvem os meios de transportes marítimos, possibilitando aos navegadores percorrerem maiores distâncias. E ampliam-se assim as pequenas empresas comerciais, novas terras são descobertas, onde se buscam, dentro da perspectiva mercantilista, mercadorias para a troca ou onde se procura mercado.

"A idéia de povoar não ocorre inicialmente a nenhum. É o comércio que os interessa, e daí o relativo desprezo por este território primitivo e vazio que é a América: e, inversamente, o prestígio do Oriente, onde não faltava objeto para as atividades mercantis. A idéia de ocupar, não como se fizera até então em terras estranhas, apenas como agentes comerciais, funcionários e militares para a defesa, organizados em simples feitorias destinadas a mercadejar com os nativos e servir de articulação entre as rotas marítimas e os territórios ocupados; mas ocupar com povoamento efetivo, isto surgiu como contingência, necessidade imposta por circunstâncias novas e imprevistas" (Prado Jr., 1976: 23-24)

Tomando-se, pois, especificamente, o caso do Brasil, sabe-se que de fato os portugueses originalmente não pensaram em povoar o território descoberto. O objetivo principal, por uma ótica mercantilista, era o de explorar as possíveis riquezas aqui existentes, concretizando assim os ideais de expansão, o que permitiria cada vez mais a acumulação por parte das empresas comerciais. Inicialmente, portanto, a ação dos portugueses em nosso território se caracteriza como "ação espoliativa", no sentido de que ambicionava explorar todas as riquezas que fossem encontradas aqui, sem nunca se pensar em nenhuma forma de retorno. O fundamental era que se explorasse o máximo, sem a preocupação de fazer investimentos para a colônia ou de repor nada, em troca das riquezas que se levava.

Percebe-se claramente que os interesses religiosos e militares predominantes por todo o período medieval, declaram-se, sobretudo a partir do século XIV, como interesses econômicos, na forma mercantil. O sistema político evoluiu para a forma absolutista, em que os feudos e os governos das cidades foram absorvidos pelo poder central, gradativamente. A formação dos grandes Estados, por sua vez, é influenciada pelas descobertas marítimas, trazendo como decorrência a exploração dos minerais, sobretudo ouro e prata. "O regime feudal desagregava-se, o poder absoluto da aristocracia agrária entrava em decomposição e os senhores de terras que escapavam à ruína buscavam, nas atividades urbanas, novos caminhos para a conservação de seus privilégios. A aristocracia rural trocava os poderes da nobreza pelos do dinheiro". (Guimarães, 1975:21).

Encontrava-se nesse clima de florescimento do mercantilismo toda a Europa, emergia da sociedade uma nova combinação de forças, desenvolviam-se novos mecanismos, a fim de se atender a novos interesses que aos poucos se sobrepunham aos antigos.

No caso brasileiro, os portugueses logo que chegaram não encontraram as riquezas esperadas, como ocorreu aos espanhóis na "América espanhola"; também não encontraram aqui os portugueses produtos acabados, como era o caso do comércio com o Oriente, onde se encontravam artigos finos e especiarias.

O fato de não encontrarem bens "metalizáveis" levou os portugueses a assumirem outras iniciativas, o

que certamente, associado a outras características do território como um todo, mudou em muito o rumo da nossa história e fez com que se delineasse um modelo especial de colonização para o caso brasileiro. E o modelo não foi planejado previamente. Ele se fez, por imposição de interesses e circunstâncias objetivas com que se depararam os colonizadores. Como diz Sérgio Buarque, "essa exploração dos trópicos não se processou, em verdade, por um empreendimento metódico e racional, não emanou de uma vontade construtora e enérgica: fez-se antes com desleixo e certo abandono. Dir-se-ia mesmo que se fez apesar de seus autores." (Holanda, 1976: 12).

Já dissemos que havia um interesse econômico que norteava a expansão dos países europeus à época dos descobrimentos. No entanto, é importante que se compreenda a impossibilidade de se adotar um único modelo de exploração das terras descobertas. "Haveria de corresponder aos interesses dos mercadores utilizar as colônias para fins exclusivamente de comércio, tendo por base a riqueza extrativa, a préia de índios, o tráfico de escravos. Ao contrário, os cavaleiros feudais miravam as colônias vendo-lhes principalmente o colosso territorial. Explica-se, pois, por que, servindo mais aos fins mercantilistas do que às aspirações da nobreza, tardasse a realeza a volver suas atenções para a utilização da terra no país descoberto". (Guimarães, 1975: 42).

Logicamente não se podia reproduzir no Brasil o modelo agrário de exploração portuguesa. Na verdade, como já enfatizamos neste trabalho, o pensamento que orientava a ação colonizadora aqui no Brasil, como no restante das colônias, era de inspiração mercantilista. Não havia por que se pensar em exploração agrícola no início. Os portugueses não tinham esse propósito. O fundamental naquele momento era sugar todas as riquezas da colônia e voltar para a metrópole. E imaginava-se o Brasil um território muito rico em metais preciosos. Como não foram encontrados de início os metais imaginados, o colonizador teve que pensar em explorar a terra descoberta de alguma forma, de tal modo que pudesse se desenvolver um comércio, de onde, portanto, se auferissem lucros.

Segundo Roberto Simonsen, (Simonsen, 1967), ao contrário da Ásia, com quem Portugal já estabelecia re-

lações comerciais, o Brasil não apresentava características propícias para o mesmo tipo de exploração, uma vez que:

- apresentava povoações esparsas, sem condições de uma exploração mais direta e lucrativa;
- os nossos habitantes não tinham na sua cultura, vamos dizer assim, uma tradição de algo que fosse comercializado como as especiarias do Oriente. Não havia inicialmente muitos atrativos para os colonizadores.

A primeira riqueza encontrada foi o pau-brasil e o rei D. Manuel declarou logo que seria o monopólio da Coroa. Achou por bem arrendar as terras e o primeiro arrendatário foi Fernão de Noronha (mercador de Lisboa). Por exigência do arrendatário, suspenderam-se as importações do Brasil asiático (usado nas tinturarias, bastante procurado, por ser o vermelho considerado símbolo de dignidade e nobreza).

Os arrendatários deveriam cumprir o seguinte:

- descobrir 300 léguas da costa na colônia;
- pagar 1/5 do valor da madeira ao soberano português;
- instalar fortalezas para a defesa do território.

Com o tempo, logo nos primeiros anos, começaram a surgir desvantagens econômicas entre a importação de produtos do Oriente e os produtos do Brasil.

A época, Portugal teve a concorrência dos mercados franceses, que também se acharam com o direito de explorar a costa; além disso, no estuário do Prata entravam os espanhóis. Diante desses fatos e mais alguns atos de pirataria, D. João III resolveu enviar Martim Afonso de Sousa com uma expedição. E assim criou-se o sistema de *capitanias hereditárias*, como forma de assegurar os direitos sobre a terra, sem prejuízo para a Coroa.

Discute-se acerca da natureza dessa iniciativa governamental. Para Roberto Simonsen, por exemplo, a adoção do sistema de capitanias reflete uma política de natureza capitalista, negando, portanto, a idéia de que aquela situação tivesse características feudais. Comentando as políticas coloniais, argumenta o autor que, no

caso das navegações (em que se inclui o Brasil), todos visavam a fortuna, a melhoria sócio-econômica. E as capitânicas tinham como objetivo principal a melhoria da situação sócio-econômica, inclusive o governo português adotou política de concessões em relação aos donatários, medida que se caracterizaria como capitalista. Para ele, a hereditariedade e o poder dos donatários não são suficientes para identificar o sistema como feudal.

Por outro lado, em seu já citado trabalho, Alberto Passos Guimarães refuta essa idéia de Simonsen, inclusive negando uma afirmativa deste autor segundo a qual "em Portugal de 1500 já não havia regime feudal". Diz o autor de *Quatro Séculos de Latifúndio*: "É certo que o feudalismo do Portugal seiscentista não guardava mais o mesmo grau de pureza dos primeiros tempos: já havia passado o estágio da economia natural para o da economia mercantil. Mas nenhuma mudança na estrutura econômica se dera em Portugal que pudesse justificar sua assemelhação a outro regime historicamente mais avançado". E prossegue sua crítica ao pensamento de Simonsen, apresentando os argumentos de Nestor Duarte nesse sentido: "O sistema das donatarias nos transmitiu o estilo e a forma de uma ocupação do solo que é uma constante de nossa sociedade e a própria condição de suas lindes territoriais que ainda hoje perduram na configuração de muitos dos nossos Estados federados. (...) Donatários, donos de sesmarias, senhores de engenhos e de fazendas e de currais, embora só os primeiros detivessem, por outorga legítima, a jurisdição civil e a governança, continuaram a desenvolver, longe e indiferentes ou refratários a um poder do Estado tão distante, a índole feudal ou feudalizante da sociedade". (Guimarães, 1975: 25-26).

Na nossa opinião, não podemos caracterizar de feudal ou capitalista (como *cópia* de outros sistemas), a política colonial adotada no Brasil. A questão está em compreendermos que aquele imenso território, hoje Brasil, apresentava características bem distintas da metrópole; daí não se poder falar dessa espécie de prolongamento ou projeção da situação feudal portuguesa aqui. Realmente a burguesia em Portugal se aliava ao Estado, agora absolutista, enquanto declinava a nobreza. Não se pode igualmente falar de um capitalismo mercantil tal como vinha se desenvolvendo na Europa. A situação

do Brasil, portanto, se configurou de maneira peculiar, sofrendo as devidas alterações, de acordo com as características da nova terra. A orientação da política de colonização é capitalista mercantil, mas não nos mesmos moldes até então adotados.

Retomando a nossa descrição do modelo, concluímos que a iniciativa de explorar o pau-brasil não surtiu bons resultados. As florestas foram exploradas desordenadamente. Segundo Simonsen:

- não houve ocupação planejada com o intuito de se investir aqui, à medida em que se fosse explorando;
- os indígenas foram aproveitados nessa fase, como mão-de-obra, mas sem nenhuma organização;
- as grandes distâncias para transportar a madeira nas costas, a interferência dos espanhóis no Prata, bem como dos mercadores franceses no litoral, são apontados pelo autor como obstáculos àquela atividade de exploração da madeira.

Em seguida ao fracasso do pau-brasil, vem a exploração da cana-de-açúcar, como nova opção. Com o açúcar, a nosso ver, é que começa a se delinear realmente o modelo colonial. E por que se fez opção pelo açúcar? Porque atendia às aspirações mercantilistas, como produção que podia ser beneficiada e comercializável. Seria rentável exatamente por constituir, à época, produto raro e de grande procura no mercado europeu. Então, ter-se-ia garantido o mercado.

“Os nossos ricos massapês provavam ser terras de primeira ordem para as plantações da matéria-prima: a cana. Quanto à técnica, Madeira fornecê-la-ia. Indústria das mais rendosas em plena revolução dos preços, havia de subverter um princípio sagrado da colonização, instalando-se suas fábricas em território colonial e não metropolitano como as demais manufaturadas (...) A certeza de grandes lucros bastaria para atrair a classe dos mercadores, cujos representantes seriam intermediários e banqueiros dos nobres nas empresas do açúcar”. (Guimarães, 44-45).

A cultura canavieira se inicia pelo Nordeste, região que, além de apresentar solos favoráveis, era a parte do território brasileiro que se situava mais próxima do continente europeu, facilitando assim a exportação do pro-

duto, já que se contava à época com precário sistema de transporte marítimo.

Sendo a cana-de-açúcar uma cultura que se produziria para exportação, logo veio uma exigência: *necessidades de ocupação de grandes áreas*.

Levando-se em conta as despesas, por se tratar de uma terra virgem, com nativos hostis, onde ter-se-ia que montar um esquema de defesa, transporte, embarque, etc., segundo Simonsen, pensou-se logo na instalação de engenhos médios (ao invés de pequenos), produzindo em média mais de 3 mil arrobas anuais.

Instalar um engenho implicava em povoar uma área, considerando-se: terras para o plantio da cana, casa-grande, senzala, além de áreas para pastagem, cercas e todo um sistema tecnológico para a produção e transformação da matéria-prima e áreas reservadas às culturas de subsistência.

Assim, o desenvolvimento da cultura canavieira deu origem à formação de núcleos populacionais, sobretudo na costa e junto aos pequenos rios, levando-se em consideração os possíveis ataques dos selvagens e a vantagem de ficar próximo aos rios para facilitar o transporte da lenha, da cana e do produto acabado. Posteriormente introduziu-se o carro-de-boi.

A cana-de-açúcar, entregue à iniciativa privada, começou logo a se mostrar produto rentável à Coroa, daí a aplicação de políticas de incentivo ao desenvolvimento desta cultura.

Implantada em *grandes áreas*, a cultura da cana-de-açúcar exigia agora uma mão-de-obra barata e abundante. As tentativas de escravidão do nativo, de certo modo, fracassaram. Embora sem entrar na discussão deste ponto, gostaríamos de lembrar apenas que nessas tentativas de apreensão houve grande mortandade de índios no Brasil, uma vez que estes se mostravam rebeldes, dada a total diferença entre o "mundo do colonizador" e o "mundo do nativo". E, de fato, não se trata de uma rejeição por simples diferença, mas de uma resistência à dominação de um sistema que se estruturava de maneira totalmente diversa. É suficiente pensarmos na caracterização da organização econômica dos dois sistemas (incluindo, portanto, o tipo de atividade, todas as relações de produção, os instrumentos de produção e tecno-

logia em geral, etc.), para concluirmos sobre a violência que significou para o nativo o domínio do europeu.

A solução foi trazer gente de fora. Introduziu-se nesse momento a *mão-de-obra-escrava*, importada do continente africano e que se constitui a segunda característica deste modelo econômico do pacto colonial. A primeira refere-se às grandes extensões de terra para o cultivo agrícola.

“Foi o modo de produção do açúcar aqui implantado que conformou nos primeiros tempos da colonização o regime de terras e, demais, toda a sociedade que então sobre ele se erguia. Modo de produção talvez *sui generis* na história, pois que reunia elementos de dois regimes econômicos: regime feudal e da propriedade e o regime escravista do trabalho”. (Guimarães, 1975: (45)

Ainda um terceiro elemento acrescentaríamos: *economia de mercado*. Em decorrência, constitui-se uma economia dependente, dada a forma como foi sendo organizada.

A partir da organização da economia canavieira, portanto, temos estruturalmente definido o modelo econômico colonial: grandes propriedades, mão-de-obra escrava e economia voltada para o mercado externo.

“Os cronistas registraram e a crítica histórica confirmaria o caráter autárquico da economia canavieira (...) Nem feudal, nem capitalista, como pretendiam outros, foi, no entanto, a forma de produção do açúcar nos dois primeiros séculos (...) Foi, sem dúvida, escravista a estrutura de produção montada no Brasil. Não se pode definir de outra maneira uma formação econômica em que o trabalhador, constrangido pela violência, não é remunerado e pertence inteiramente ao senhor (...) A autarquia define a produção em redoma: fechada por dentro e por fora. O pequeno mundo que era o engenho tratava de produzir tudo aquilo que a sua gente necessitava, das utilidades à alimentação, dos móveis à carne; a abertura (se se pode chamar assim) era exclusivamente pela porta do monopólio”. (Santos, 1965: 187-188).

Implantado este modelo econômico, ao mesmo tempo configura-se um tipo peculiar de organização social, inerente a um tipo especial de modo de produção.

A instituição das Sesmarias já legalizava a posse de grandes extensões de terra. Igualmente se tornou legal o tráfico de escravos. Além disso, o governo concedia

certos incentivos, como por exemplo isenção de impostos por determinado período de tempo. Somando-se a tudo isso, a Corte concedia inúmeros privilégios aos proprietários de terras ou senhores de engenho. A esses elementos foram delegados poderes, a partir dos quais exerciam o domínio sobre as regiões.

E em nome de que toda essa política? Em nome dos interesses dos grupos dominantes na metrópole e depois em nome de interesses mais amplos, à medida em que se solidificava um sistema econômico internacional. E o Estado logicamente se colocava na defesa desses interesses.

O Brasil, àquela época, não se definia ainda como uma unidade política. A medida em que ia sendo ocupado o território colonial, à base do modelo econômico já referido, definiam-se nitidamente duas camadas sociais: de um lado os que possuíam a terra e outros bens de produção, acrescidos do poder que lhes era outorgado, e, do outro lado, situavam-se os que não possuíam bens, inclusive os que até eram propriedade dos primeiros.

Em cada grande propriedade o dono era senhor absoluto sobre todos os bens e pessoas que ali estavam. Exercia domínio, inclusive sobre a vida dos escravos. Todos os escravos estavam a serviço dos senhores, sem direito a nenhuma contestação. Se por um lado havia um clima de violência realmente brutal, que gerava insatisfação, revolta, conflito e a fuga de muitos escravos, por outro lado a idéia de submissão parece não poder ser negada. A dominação não se exercia somente sobre o negro e por razões étnicas. Ela constitui-se na verdade um problema social e se origina de um fenômeno muito mais geral, qual seja o da exploração dos mais fortes economicamente sobre os menos favorecidos. Representa, pois, a expansão de um sistema econômico internacional, que se manifesta diferentemente em sociedades diferentes, do ponto de vista da sua formação econômica e social.

Como dissemos anteriormente, o modelo econômico do pacto colonial se define estruturalmente com a opção pelo modo de produção da cana-de-açúcar. O binômio dominação-submissão se fortalece cada vez mais e se repete nos vários ciclos do desenvolvimento da economia brasileira. Assim ocorre, portanto, com a mineração, com o café e mais tarde no Nordeste com o algodão e a pecuária. E, repetimos, isso ocorre em virtude

de um sistema de dominação mais amplo que avança gradativamente no plano internacional.

Não vamos analisar aqui as alterações que sofreu a estrutura agrária do Nordeste, ao longo da nossa história. Fazer isso significa recompor todo o processo evolutivo da economia agrária nordestina e a esse trabalho não nos propusemos. Consideramos, no entanto, relevante dizer que, mesmo após a suspensão do tráfico e posteriormente a extinção do regime escravista, com o surgimento do trabalhador "livre", na essência, a estrutura de dominação permanece. Por essência estamos entendendo aqui os principais traços, isto é, aquilo que define a estrutura como tal. Portanto, aqueles três elementos apontados como características do modelo econômico do pacto colonial, em parte, conservam-se. Nesse sentido, a estrutura fundiária ainda se define pela presença de grandes propriedades de terra, ao lado de médias e pequenas, sendo que as primeiras ocupam maior área; a economia nordestina continua sendo uma economia voltada para a exportação, por isso dependente, em decorrência do que se agravam cada vez mais os problemas sócio-econômicos da região. Seria uma afirmação muito simplista dizer que a mão-de-obra continua a mesma, apenas porque persiste a dominação dos grandes proprietários sobre os pequenos produtores e assalariados, que constituem a força de trabalho do nosso sistema de produção. Sabemos que, com o surgimento do trabalho "livre", muitos mecanismos se desenvolveram dentro de um modo de produção que também evoluiu e que cada vez mais assume as características de um modo de produção capitalista. Esses aspectos relativos às características do atual Nordeste agrário, bem como à inserção da sociedade brasileira no modo de produção capitalista, pretendemos discutir na segunda parte deste trabalho, logo a seguir.

NORDESTE BRASILEIRO ATUAL: REALIDADE AGRÁRIA

Em seu livro *A Revolução Brasileira*, Caio Prado Júnior critica a posição de intelectuais que forçosamente querem tornar semelhantes a economia agrária brasileira e a situação européia egressa da Idade Média.

Para o autor, citando mais especificamente o caso da Rússia, enquanto lá se observava a existência de uma economia e classe camponesas — pequenos produtores individuais; economia voltada basicamente para a produção de subsistência e sufocada pela grande propriedade fundiária de origem feudal — no Brasil tivemos uma estrutura de grandes unidades produtoras de mercadorias de exportação trabalhadas pela mão-de-obra escrava. E essa nossa situação, no fundamental de sua estrutura, persiste. Com a abolição da escravatura, a mão-de-obra escrava foi substituída pelo trabalho livre, continuando, no entanto, a grande propriedade, as relações de domínio e submissão, de uma minoria com respeito à maioria.

Segundo Prado Júnior, em alguns casos a grande exploração até se ampliou e integrou ainda mais, lembrando o exemplo de áreas canavieiras do Nordeste, onde as usinas estão absorvendo os engenhos. (1) A propósito, ouvimos de um morador de engenho, no Brejo Paraibano, em 1976, o seguinte depoimento: “AQUI POR PERTO TEM MUITA PROPRIEDADE, DE PRIMEIRO ERA TUDO COM ENGENHO. HOJE SÓ TEM DOIS. É ESSE AQUI E O OUTRO ALI EM BAIXO. A USINA FOI ACABANDO TUDO. FAZ DESGOSTO A GENTE VER AS PROPRIEDADES... TUDO TERRA BOA... TEM TERRA MELHOR DO QUE ESSAS. A USINA FOI COMENDO E, CADÊ SINHÔ DE ENGENHO. MAS TAMBÉM VOU DIZER UMA COISA: UM SINHÔ DE ENGENHO CHEGAVA LÁ E DIZIA, SEU FULANO, EU TOU

(1) A palavra *engenho*, no seu sentido restrito, refere-se ao conjunto de equipamentos utilizados para a transformação da cana-de-açúcar. Assim, inclui também o prédio onde se instalam esses equipamentos. Em sentido mais amplo, o termo engenho é também usado para designar o estabelecimento agrícola, incluindo, portanto, as áreas de plantio, o prédio onde a matéria-prima é beneficiada, a casa-grande onde reside o “senhor do engenho”, enfim, o termo refere-se à propriedade no seu conjunto. A tecnologia adotada no engenho para a transformação da cana-de-açúcar não tem características industriais. Caracteriza-se pela atividade manufatureira, portanto, que não é mais totalmente artesanal. No engenho se produz basicamente aguardente (cachaça) e rapadura. — *Rapadura* — um doce, em forma de pedra, fabricado do suco da cana, cujo peso varia de 200 g a 1 kg, sendo que para circulação comercial é mais usado o de 750 g, dependendo da região.

PRECISANDO DE 100 MIL CONTO, NÃO, TOME 150. ISSO ELE (refere-se ao dono da Usina) SOLTA DINHEIRO 1 ANO, 2, DEPOIS DO SINHÔ DE ENGENHO TÁ TODO DENTO, QUERO VÊ MAIS SAIR. CHEGA LÁ HOJE E PEDE 250 CONTO, 300, TRAZ 50. E OS TRABALHADOR FOI TUDO SE ACABANDO, NUM TEM MAIS DINHEIRO PR'A PAGAR ELES. COMEÇAM A IR EMBOIRA PR'A OUTO CANTO, VAI TUDO. SAI MAIS NÃO, DEPOIS DA USINA PEGAR, O SINHÔ DE ENGENHO FICA LÁ".

A nosso ver, esse depoimento mostra claramente a absorção dos pequenos engenhos pelas usinas, ou, em outras palavras, a absorção dos pequenos produtores em geral pelos grandes e, se quisermos generalizar, essa é uma das características do sistema capitalista, quer no setor primário quer no ramo da indústria. E é preciso não esquecer que a usina é uma indústria.

Situação semelhante àquela do Brejo Paraibano está sendo vivida pelos engenhos da região do Cariri, no Ceará, com a recente implantação de uma Usina de Açúcar na área. Em geral, os engenhos que antes fabricavam aguardente e repadura, face à instalação da usina, ou passam a vender a cana-de-açúcar (a ser consumida, como matéria-prima pela usina), ou são vendidas as propriedades como tais. (2) Nesse caso, além do domínio sobre o processo de industrialização, a usina passa a ter domínio sobre a terra, numa tendência às grandes concentrações fundiárias. E o que tem ocorrido nas regiões de implantação dessas usinas é uma transformação do pequeno produtor rural em assalariado. Isso se dá na medida em que a usina incorpora para si a produção dos antigos engenhos, ou as áreas físicas daque-

(2) O processo de absorção dos engenhos pelas usinas parece desenvolver e aguçar as formas ou mecanismos de exploração do "menor" pelo "maior". A título de ilustração, lembremos aqui um detalhe bastante citado por moradores de engenho no Brejo Paraibano: ao vender a cana para a usina, o dono do engenho se submete ao fato de que esta seja pesada na balança do comprador. Além das trapanças feitas no ato de pesar (retirar, por ex., uma peça da balança para que o volume pese menos), é muito comum que os caminhões aguardem, propositalmente, 2 ou 3 dias, numa fila, a vez de levar a carga à balança, o que implica numa considerável queda no peso da cana.

las propriedades, não admitindo, a partir daí, o cultivo de subsistência pelos moradores ou parceiros. Toda a área passa a ser ocupada pela cana e aumenta a demanda de mão-de-obra. Uma vez "liberados" dos engenhos, os moradores ou parceiros constituem o "exército de reserva" para a usina também.

Para Caio Prado Júnior, a realidade brasileira atual deve ser considerada "como situação transitória entre, de um lado, o passado colonial e o momento em que o Brasil ingressa na história como área geográfica ocupada e colonizada com o objetivo precípua de extrair dessa área produtos destinados ao abastecimento do comércio e do mercado europeus; e do outro lado o futuro, já hoje bem próximo, em que essa mesma área e seu povoamento, afinal nacionalmente estruturadas, comportarão uma organização e sistema econômico voltados essencial e fundamentalmente para a satisfação das necessidades dessa mesma população que a ocupa, e capazes de assegurar a essa população um nível e plano de existência consentâneos com os padrões da civilização e cultura de que participamos". (Prado Júnior, 1972: 68).

A sociedade brasileira como um todo sofreu algumas transformações, exigências do próprio processo evolutivo: "Em suma, a estrutura da produção e, pois, a economia em geral, se transformam a fim de fazerem face às novas solicitações e estímulos proporcionados por uma grande coletividade socialmente integrada e nacionalmente organizada. Ou, antes, em marcha para essa integração e organização". (Prado Júnior, 1972: 69).

Assim tivemos o crescimento populacional, surgimento e diversificação do mercado interno, ampliação das necessidades econômicas; a fixação do branco e do negro, agora não mais como elemento colonizador e escravo respectivamente, mas como elementos integrantes de uma nova sociedade que se definia e que adquiria características próprias, enquanto unidade sócio-cultural. É de grande relevância, nessa fase de organização e estruturação, a integração dos trabalhadores no conjunto da sociedade brasileira, uma vez que até então se colocavam no setor "marginal". Para essa integração contribuem: a suspensão do tráfico negreiro e abolição da escravatura e o surto de migração européia.

Não podemos analisar a evolução histórica da região Nordeste separadamente da sociedade brasileira como

um todo. Nesse sentido, em linhas gerais, as observações feitas para o Brasil são válidas para o Nordeste.

Em seguida descreveremos alguns aspectos da estrutura agrária da região Nordeste atualmente, para depois tecermos comentários mais analíticos.

O Nordeste ocupa aproximadamente uma área correspondente a 19% do território brasileiro, onde abriga 28% da população do país. Em 20 anos (de 1950 a 1970), sua população cresceu em 60%: de 17.973.412 habitantes passou para 28.675.081. A maior concentração demográfica está na região da Mata e no Litoral Oriental (30%). À exceção dessas duas áreas, em todo o restante da região há mais gente na zona rural que na urbana.

Quanto à estrutura fundiária, é-nos impossível apresentar aqui numericamente uma distribuição das propriedades, classificando-as quanto à dimensão, uma vez que os próprios dados oficiais (INCRA e IBGE (3), por exemplo) diferem a esse respeito. Além disso, há as diferenças "regionais" dentro do próprio Nordeste, no que se refere a clima, fertilidade do solo, relevo, etc., que dificultam o estabelecimento de uma medida padrão, segundo a qual determinada área seria considerada, apenas pela sua extensão, grande, média ou pequena propriedade. O que sabemos e podemos afirmar com segurança, é que há concentração fundiária, que as grandes propriedades têm ocupado maior área que o restante, apesar de serem muito menos, quantitativamente.

A presença das grandes propriedades se vincula a um outro aspecto da economia nordestina, qual seja a relevância que continua tendo a produção de mercado, para a região (e para o restante do país). Nesse sentido, as grandes e médias propriedades se destinam, em geral, à produção de mercado, enquanto as pequenas estão voltadas para as chamadas "culturas de subsistência". Segundo Manuel Correia de Andrade, as culturas de mercado "Têm crédito fácil, garantia de preços mínimos, assistência de estações experimentais, comercialização organizada, etc., enquanto as segundas são abandonadas ao crédito fornecido por agiota, às tremendas

(3) INCRA — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

oscilações de preços entre a safra e a entressafra e à ganância dos intermediários". (Andrade, 1973:59).

É verdade que o sistema creditício, bem como a assistência técnica beneficiam mais de perto a grande lavoura no Nordeste. Não concordamos, no entanto, totalmente com o autor, no que se refere à oscilação dos preços. Como economia dependente, mesmo os produtos de exportação estão sempre sujeitos às variações do mercado mais amplo.

Como cultura de mercado, podemos falar da cana-de-açúcar e do algodão, cultivados desde os séculos XVI e XVII, respectivamente. Manuel Correia se refere ainda ao fumo (50% da produção voltada para a exportação); cacau e sisal (80% para a exportação) e talvez fosse bom não esquecermos o café, cultivado em algumas zonas, sobretudo nas serras, embora menos expressivo para a economia da região como um todo.

A cana-de-açúcar encontra-se na zona da mata de Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Sergipe e Rio Grande do Norte e parte do recôncavo baiano. O cacau concentra-se no sul da Bahia. O sisal é encontrado no Planalto da Borborema e na Chapada Diamantina. O fumo é produzido numa zona de transição, entre a Mata úmida e o Sertão semi-árido e finalmente o algodão, que se expande pela grande área sertaneja (a planície interior).

"A cultura da cana-de-açúcar está ligada à grande propriedade e à formação de uma estrutura social estratificada em classes, do tipo aristocrático. Na área em que domina é exatamente concentrada, de vez que menos de 3% da população possui cerca de 52,6% da área, enquanto os pequenos proprietários — com menos de 20 hectares — compreendem cerca de 77% dos estabelecimentos, mas dispõem apenas de 6,7% da área. Há casos de propriedades de mais de 30.000 há em que a densidade da população rural é superior a 100 hab/km²". (Andrade, 1970:91).

Segundo o mesmo autor, os proprietários em geral pertencem a famílias tradicionais da região. A mão-de-obra predominante na zona da cana é assalariada e, com relação à tecnologia, conforme a topografia, bem como as condições econômicas e culturais do proprietário, utiliza-se tanto a força orgânica quanto a mecânica. A produtividade agrícola é quase sempre baixa — 40 e 50 toneladas por ha — embora algumas usinas atin-

jam mais, com o uso de irrigação e fertilizantes. A cultura canavieira recebe assistência do governo em caráter permanente, através do IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool), sob a forma de financiamento de plantio, com o crédito a juro baixo para aquisição de equipamentos; garantia de preços mínimos para a venda do açúcar e aquisição dos excedentes produzidos. O prestígio ou influência dos produtores permite-lhes ainda que consigam junto ao poder político a construção de obras de infra-estrutura, que facilitam o escoamento da produção e valorização das suas terras.

É ainda Manuel Correia quem afirma que “os outros produtos de grande lavoura são também assistidos por órgãos governamentais especializados — IBC (Instituto Brasileiro do Café) e Instituto do Cacau — que fornecem crédito em tempo e a juros baixos, assistência agrônômica, garantia de preços mínimos, etc.” (Andrade, 1970:93).

O cacau é normalmente cultivado por grandes e médios proprietários, utilizando a mão-de-obra assalariada. Esses trabalhadores encontram “serviço” apenas à época da colheita, quando se intensificam as atividades.

“O fumo por ser cultura de ciclo vegetativo curto e por necessitar de cuidados especiais para o seu desenvolvimento, sujeito que está o plantio, replante, capação, colheita e preparação do produto para o consumo, é cultura feita quase sempre por pequenos proprietários ou por agricultores sem terras que, através da parceria, cultivam porções das grandes e médias propriedades. (Andrade, 1970:94).

O sisal, cultivado sobretudo na Bahia e Paraíba, expandiu-se por interesse dos senhores de engenho, plantando-o em áreas anteriormente ocupadas com cana-de-açúcar. Sofreu muita oscilação no mercado internacional, o que leva, na opinião de Manuel Correia, os produtores a pressionarem o governo no sentido de que adquira a produção por preço elevado nas ocasiões em que há uma retração no mercado referido.

O algodão expandiu-se a partir do século XVIII, com a revolução industrial, crescendo essa expansão em momentos de crises externas — por exemplo a guerra da Secessão dos Estados Unidos e período anterior à II Guerra Mundial.

É cultivado em grandes e médias propriedades, quase sempre associado à pecuária, por servir a sua folhagem de alimento para o gado. (4)

No que concerne às relações sociais de produção, no segmento rural do Nordeste brasileiro atualmente encontramos um sistema de produção cujas linhas básicas da estrutura podem ser assim descritas: de um lado se colocam os que produzem para a subsistência e do outro os que produzem para o mercado externo. Mas esse é um enunciado muito superficial e insuficiente, quando se quer falar do nosso sistema e modo de produção. Acrescentamos que há no Nordeste rural os que possuem a terra e outros meios de produção e os que não os possuem. Importante se faz uma explicação da dinâmica dessa organização da economia.

Nas grandes propriedades encontramos em geral duas formas de relações sociais de produção, que mais se destacam: a parceria e o assalariamento (5), ao lado do arrendamento mais raramente encontrado.

A parceria pode ser descrita do seguinte modo: num determinado local, existe o proprietário de terra e o não-proprietário. Este, pode, ou não, ser morador da terra do primeiro. O importante é que trabalha na mesma. Pelo uso da terra, paga ao proprietário um percentual do que produz. O pagamento é feito após a colheita e, se por um motivo ou outro (seca, enchente, praga ou doença nas plantações), não houver a produção, o parceiro não tem nada a pagar por esse uso da terra. O percentual a ser pago é estabelecido previamente, sem nenhum contrato formal; varia de acordo com as regiões, sendo geralmente definido com o tipo de cultura agrícola, com a fertilidade do solo, com o próprio sistema

(4) Quando falamos que o algodão é cultivado geralmente em médias e grandes propriedades, não estamos afirmando que a cultura se desenvolva sob a responsabilidade direta dos proprietários. Isso, de fato, pode ocorrer, mas em muitos casos o responsável direto é o parceiro, que trabalha nessas propriedades, pagando um percentual pelo uso da terra.

(5) Assalariamento — por assalariado rural entendemos aqui aquele que recebe *diárias* por serviços prestados a terceiros. Em geral, o assalariado não tem vínculo com a terra, em muitos casos, mora na periferia de centros urbanos por haver sido expulso do campo. Por outro lado, ocorre com muita frequência no Nordeste o fato de um mesmo indivíduo ser temporariamente assalariado e noutro período ser parceiro.

de cada propriedade. Encontramos com mais freqüência no Nordeste os percentuais: 1/2, 1/3, 1/4 e 1/5; denominados local e respectivamente de: "meia", "três", "um", "quatro", e "cinco, um". Logicamente outros percentuais são encontrados, no entanto, são esses os mais comuns. Quando se fala de "meia", significa dizer que em cada cultura, ou em determinadas culturas produzidas, o proprietário tem direito a 50% e o parceiro aos outros 50%. "Três um", significa que de cada 3 unidades produzidas pelo parceiro, uma é do dono da terra e assim se aplica o mesmo raciocínio para os outros percentuais.

Normalmente quando se referem à parceria, os trabalhadores e os proprietários falam de "renda" (como o percentual da produção pago pelo uso da terra) (6). A renda pode ser cobrada da mesma forma para todas as culturas, ou mais alta para as culturas de mercado e mais baixa para as de "subsistência", encontrando-se aí, portanto, muitas variações.

Quando trabalha de parceria no Nordeste, o camponês às vezes é responsável por todas as tarefas, em todas as etapas agrícolas. Assim, o parceiro é quem "broca", queima, "encoivara" "planta", "limpa", colhe e entrega ao dono da terra. Em outros casos, que parecem estar surgindo com muita freqüência, o proprietário entrega a terra toda preparada ao parceiro para plantar, o que assegura ao primeiro o direito sobre a "raiz", isentando-o de qualquer indenização posterior, caso o parceiro não possa mais trabalhar naquele "roçado" (7).

(6) A propósito, gostaríamos de fazer uma observação, muito mais de natureza metodológica, pois diz respeito a certos cuidados que devemos ter na coleta. Em virtude do uso da palavra renda, nos termos acima referidos, muitas vezes o parceiro se identifica (e é identificado) como "rendeiro". Nesse caso, é preciso ficarmos atentos para que ele não seja confundido com o arrendatário, que é outra categoria (isto é, aquele que, por um tempo determinado, aluga a terra por um valor fixo, estipulado previamente, a ser pago ao dono da terra independente de haver ou não produção. Esse tipo de relação é o arrendamento e pode ser pago em dinheiro ou com a própria produção, no valor correspondente.

(7) Gostaríamos de definir rapidamente uma série de termos que empregamos neste último parágrafo:

a) "Roçado" — denomina-se roçado a área em que se plantam as diversas culturas agrícolas, geralmente sob o sistema de consórcio, isto é, no mesmo espaço, por exemplo,

Quanto à escolha de área a ser plantada, quase sempre é feita pelo proprietário, que estabelece também um limite para a extensão da mesma. Igualmente ocorre com relação à decisão pelos tipos de culturas a serem plantadas. Encontramos casos nos Sertões de Quixeramobim-CE., em 1977, por exemplo, de proprietários que não permitiam o plantio de algodão por parceiros para "evitar confusão depois" (8). No Brejo Paraibano, em 1976, também encontramos casos em que os parceiros não podiam plantar além de 2 (dois) hectares. Nos Sertões de Canindé-Ce. 1975/6, encontramos propriedades onde os parceiros não plantavam além de 10 ha. Há determinadas culturas que o parceiro nunca planta, a

o milho o feijão e o algodão, sendo que as duas primeiras são consideradas de subsistência e o algodão, cultura de mercado. O roçado pode ser protegido, contra a invasão de animais, por uma cerca de madeira ou arame farpado.

b) "Broca" — é a derrubada das árvores — desmatamento — no local onde se pretende fazer o roçado. Os instrumentos utilizados aqui são a foice e o machado (este para as árvores maiores).

c) "Queima" — é a tarefa que se segue à broca. Após a retirada de algumas árvores — cuja madeira passa a ser utilizada no fabrico de portas, construção de casas etc., algumas denominadas madeira de lei — põe-se fogo em todo o restante que está no chão, fazendo-se antes o "aceiro" (consiste em isolar a parte que será queimada, do restante da mata, o que é feito desmatando-se totalmente uma margem de aproximadamente 2 metros, no contorno da área brocada).

d) "Encoivramento" — via de regra, o fogo ateado não queima o suficiente toda a madeira derrubada, sobrando, portanto, alguns restos. Em decorrência, após esta fase, juntam-se os pedaços de pau encontrados esparsamente na área, colocando-os em pequenos montes (geralmente sobre alguns troncos de árvores que também não queimaram) e ateando fogo em seguida. A isso se chama encoivarar, isto é, fazer coivaras.

e) "Limpa" — limpar o roçado significa retirar, por entre as fileiras em que foram plantadas as culturas, a vegetação que nasce (na medida em que a chuva rega o chão), para que aquelas culturas possam crescer. Dependendo da intensidade das chuvas, da qualidade do solo e da época em que se faz o plantio, pode-se efetuar de uma a três limpas no roçado.

- (8) Enquanto o milho e o feijão são culturas que morrem no mesmo ano, após a colheita, o algodão no seu primeiro ano de vida produz uma carga inexpressiva, passando a produzir bem a partir do 2.º ano. Denomina-se "raiz do algodão" os pés que ficam de um ano para o outro e que representam uma produção em potencial. Então, se é o parceiro

cana-de-açúcar é um exemplo. (9) O algodão, ao contrário, é cultivado no Nordeste e, sobretudo no Ceará — o Estado de maior produção da região — sob o sistema de parceria. Ao que se sabe, possui menos tempo de vida do que a cana-de-açúcar, ao mesmo tempo (e talvez por isso) em que exige muita mão-de-obra, o que implica em maiores custos e margem de lucro menor.

As relações entre proprietário e parceiro não se processam apenas ao nível da produção, mas envolvem também a fase de comercialização e, muitas vezes, são permeadas de componentes ideológicos, que podem mascarar o seu caráter econômico e “encobrir” aspectos relevantes da exploração que sofre o parceiro.

Geralmente às primeiras chuvas — quando é tempo de plantar — o parceiro recorre ao proprietário para conseguir sementes, ferramentas de trabalho ou mesmo dinheiro. No período que se segue, como o parceiro nunca tem produzido suficientemente todos os alimentos para um ciclo agrícola completo — 12 meses — precisa mais uma vez do dono da terra, que lhe fornece alimentos ou meios para consegui-los, até que o primeiro comece a produzir. (10) Em virtude de todas essas coisas, o parceiro passa a ser devedor do proprietário e o recurso com que conta para saldar a sua dívida é somente a produção do seu roçado (logicamente após retirar a “renda”), acrescida da sua força de trabalho. Desse modo, logo ao final da colheita ou antes disso, prestam contas. Significa dizer que ambos fazem uma avaliação (às vezes antecipada) da produção do parceiro e aí são definidos os preços. Do valor total estipulado para

quem planta, quando, por um motivo ou outro, é posto fora da terra, tem direito a uma indenização pela “raiz”, o que em muitos casos o proprietário não quer pagar. Diante disso, pode ocorrer do parceiro recorrer à ação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais no sentido de “forçar” o proprietário a cumprir a lei, embora nem sempre a ação sindical tenha êxito.

- (9) As vezes o parceiro passa a plantar, em períodos de crise quando, mesmo se tratando de culturas tradicionalmente de mercado, não estão deixando lucro para o proprietário.
- (10) Ocorre muitas vezes do dono da terra possuir na sede da propriedade um “fornecimento” — espécie de mercearia, onde o parceiro pode adquirir produtos para o seu consumo, tais como: sal, querosene, fumo, açúcar etc., além de alguns instrumentos de trabalho (como enxada e foice) e gêneros alimentícios.

toda a produção a ser vendida, o proprietário subtrai a dívida do parceiro e lhe dá a diferença, quando resta. Dependendo de algumas particularidades — como o tamanho da família e o número de pessoas que trabalha na mesma, volume produzido, preços estabelecidos, etc. — o parceiro pode ainda ficar com débito. Isso significa um reforço à dependência, ou porque tem que prestar serviços ao proprietário ou porque seu débito será transferido para o ano seguinte, e isso aparece como um favor do proprietário para o parceiro, ou porque este último terá que vender mais daqueles produtos reservados para o consumo da família, tendo com isso que comprar alimentos mais cedo, ficando, portanto, devendo novamente.

A produção do parceiro, como dissemos, pode ser vendida ao final da colheita ou antes. Em qualquer dessas situações, o produtor vende por um preço abaixo do maior preço alcançado pelo produto no mercado local. Nesse sentido, se o proprietário compra a produção em julho ou agosto por exemplo, ele pode estocá-la, juntamente com a “renda” arrecadada de todos os parceiros, e vender para os usineiros (ou outros), em outubro ou novembro, quando o produto atinge o máximo, em termos de preço. Essa diferença é o que o proprietário ganha às custas da dependência do parceiro. Além disso, ganha quando revende para este último essas mercadorias não produzidas na região ou mesmo os gêneros alimentícios que pode estocar.

Ainda dentro do sistema de parceria, há que se analisar a questão do crédito agrícola.

Em geral, no Nordeste agrário, quem se relaciona diretamente com o Banco, ou outras agências de crédito oficial, são os médios e grandes proprietários de terra, uma vez que o Banco exige uma garantia para o crédito. No caso, fica a escritura de registro da propriedade da terra.

Em princípio, os pequenos produtores também poderiam operar nas agências bancárias. No entanto, para isso necessitam de uma carta de anuência (11) forneci-

(11) *Carta de Anuência* — consiste em documento através do qual o proprietário se compromete também com a dívida contraída pelo parceiro junto ao Banco. Caso o parceiro não consiga saldar o seu débito com a instituição bancária, o assinante do documento é obrigado a fazê-lo.

da por um proprietário de terra, no caso, o dono das terras a serem cultivadas.

Na Microrregião-58 de Uruburetama-Ce., região onde também se desenvolve a agropecuária, e no Brejo Paraibano, área onde predomina a cultura canavieira, ouvimos depoimentos de pequenos produtores e também de grandes proprietários no sentido de que para evitar "muito problema", os pequenos nunca vão diretamente ao Banco, funcionando, conseqüentemente, os grandes como fonte de crédito. Por um lado os pequenos argumentam que se torna muito difícil o seu acesso ao Banco, tanto pelo deslocamento até à cidade, tanto pela burocracia que enfrentam na própria instituição. Os proprietários de terra, por outro lado, alegam haver tido muito prejuízo com a assinatura de cartas de anuência, no sentido de que, em muitos casos, os parceiros não pagaram o Banco e eles assumiram essa responsabilidade.

Funcionando como fonte de crédito, os proprietários de terra desenvolvem alguns mecanismos que lhes garantem uma margem de "lucro". Por exemplo: O banco empresta dinheiro com um juro de 15% a.a. O proprietário faz esse empréstimo e repassa para terceiros, a um juro de 5% ao mês. O proprietário faz, por exemplo, um empréstimo no Banco para a construção de cercas, onde já vem discriminado o orçamento. De acordo com o que está calculado, por exemplo, a braça (12) de cerca deve ser paga a Cr\$ 18,00. O proprietário paga de fato Cr\$ 6,00 por braça, ao trabalhador. Essa diferença ele emprega em outra coisa, já que não lhe é difícil mão-de-obra barata.

Como dissemos anteriormente, as relações entre o proprietário e parceiro são informais, não há nenhum contrato escrito, não há papéis assinados, mas há compromissos e todos estes são feitos e desfeitos verbalmente. O conhecimento de uma pessoa com relação às outras numa parte do nosso "segmento rural" se processa em bases puramente pessoais: sabe-se, em geral, a origem das pessoas, a sua procedência, o tipo de vida que levam, etc. A confiança ou a desconfiança mútuas crescem à medida em que os indivíduos se conhecem mais.

(12) Braça — é muito comum encontrarmos no meio rural essa unidade de medida, equivalente a 2,20 m.

Os "testes" de confiança vão sendo efetuados aos poucos, como parte da rotina do próprio trabalho ou da vida das pessoas. Uma vez empenhada uma palavra, há que se fazer por onde cumpri-la. Mesmo no mundo das relações informais, as imagens, positivas ou negativas, de uns com respeito aos outros, se difundem com muita eficiência. O sistema de comunicações, apesar da ausência da televisão, telefone, rádios e jornais, é assustadoramente bem montado, de tal modo que em cada pequeno núcleo populacional, todos sabem a vida de todos e as notícias circulam muito facilmente.

Retomando o nosso assunto, as relações entre o proprietário e o parceiro nesse contexto agrário estão impregnadas de mecanismos aparentemente não-econômicos, embora sejam muito importantes para o funcionamento e manutenção do sistema como um todo e gerem no final efeitos de natureza econômica.

Sem falar das relações de compadrio, que envolveriam muita discussão e não temos condições de fazê-lo agora, pretendemos analisar um pouco as relações entre proprietário e parceiro que talvez pudéssemos chamar de relação entre patrão-cliente, como querem alguns. A imagem do patrão está difundida no nosso meio, podendo assumir conotação positiva ou negativa.

A verdade é que entre ambos, no Nordeste agrário brasileiro, define-se uma teia de relações, num plano estrutural, que denominaríamos de relações patrimoniais. Nesse sentido, o proprietário detém o patrimônio, isto é, detém os bens de produção, em decorrência do que lhe vem o poder e o prestígio. Porque possui bens e poder, o proprietário passa a ser visto como o elemento que presta favores, ao mesmo tempo em que exerce domínio sobre muitas outras pessoas e coisas. Então, ao lado (ou dentro) das relações eminentemente econômicas, desenvolvem-se outras, que agem como mecanismos de manutenção e reprodução do sistema como tal. Além de ser dono da terra e de outros bens; de ser a fonte de crédito para o parceiro, o proprietário seria também o seu "protetor", em outras circunstâncias da vida. Aqui pode-se argumentar que esse esquema já está superado, pois muitas mudanças já têm ocorrido nas relações de produção, bem como muitos serviços têm sido criados

pelo governo, (13) para dar assistência aos camponeses (aposentadoria, assistência médico-hospitalar, etc., como resposta do poder público às pressões dos trabalhadores), o que dispensaria a interferência do proprietário. Se nos reportarmos, no entanto, à nossa realidade, argumentações desse tipo perdem a razão de ser. É que, mesmo havendo sido criados esses serviços, na prática, eles não funcionam legalmente. Será atendido com mais rapidez e eficiência, quase sempre, aquele que tiver uma "recomendação" (14) do patrão. Do mesmo modo, este pode interferir "pelo parceiro" junto à "justiça" local. É importante ressaltar que muitas vezes a "presteza" a uns se faz em detrimento de outros. Por essas "ajudas", o parceiro começa a se sentir grato ao patrão, mesmo quando percebe relações de dominação. Parece que a dependência não o faz ver de outro modo, ou impossibilita-o, até certo ponto, de reagir a essa dominação. No plano político o reconhecimento do parceiro para com o proprietário é expresso sob a forma do voto para o candidato do segundo, nos períodos eleitorais.

Há quem afirme que hoje não se processam mais relações dessa natureza entre proprietário e parceiro. No entanto, pelo menos no Estado do Ceará, seguramente ocorre o "voto de cabresto". A esse respeito, temos dados referentes às eleições para os cargos de prefeito e vereador, no ano de 1976. Nos três últimos meses que precederam à eleição, mantivemos contatos freqüentes com populações das seguintes microrregiões: Sertões de Canindé, Sertões de Quixeramobim, Sertões dos Inhamins e Crateús, todos no Ceará. Nessa ocasião, ouvimos depoimentos que refletem ainda esse voto comprometido, à base do favor. Citemos alguns:

- (13) O Fundo Rural, por ex., foi criado pelo governo brasileiro, tendo em vista a previdência e assistência social ao homem do campo, seja ele proprietário ou não. Em princípio, para ser atendido, é suficiente provar que vive de atividades do campo.
- (14) Essa "recomendação" pode ser feita por contato direto do patrão com o hospital, médico ou atendente, ou por escrito, num bilhete, em que normalmente está implícita a idéia de posse: "essa pessoa é minha..." (não no sentido de pertencer à família do patrão, mas de pertencer aos seus domínios). Ao prestar o atendimento com maior rapidez ou eficiência, o médico não está levando em conta o paciente, mas a pessoa que o recomendou. Por isso, o parceiro fica "devendo" um "favor" ao patrão, num reconhecimento talvez de que, por si só, não conseguiria. Do mes-

“PODIA VOTAR NO SEU Z., MAS O SEU A. FOI QUEM ME ACUDIU NUMA PRECISÃO QUE PASSEI AQUI CUM UM FI DUENTE, LEVOU PR’A SANTA CASA...”

“...ÀS VEZ DIZ ASSIM: SE EU NUM DEVESSE TANTO FAVOR AO MEU CUMPADE, AO MEU PATRÃO, EU VOTAVA PR’A FULANO DE TAL, MAS COMO EU DEVO MUITO FAVOR, NÃO POSSO DESGOSTAR ELE; EU VOU VOTAR PR’A ELE. A MAIORIA DAQUI É TUDO ASSIM”.

“... É PORQUE TUDO É DO C., PORQUE ESSE POVO QUASE TUDO DEVE FAVOR A ELE, QUE ELE TEM FEITO MUITO BENEFÍCIO E DEPOIS QUE ELE VIROU (mudou de partido) AÍ O POVO ACOMPANHAM”.

“EU ESCOLHO É PORQUE ÀS VEZ O CANDIDATO JÁ FEZ UM FAVOR, NÉ? NO ATO DA DOENÇA DE UM FILHO MEU, DO MEU MARIDO QUE JÁ FOÍ OPE- RADO, E AQUELAS PESSOA QUE FALAM POR ELE, NÉ, EU LEVO EM CONSIDERAÇÃO E VOTO NAQUE- LAS PESSOA QUE ME SERVIU. EU ESCOLHO É ISSO”.

“ELE GANHOU A ELEIÇÃO PORQUE DEU CAL- ÇADO E VESTIDO AQUI PR’O POVO TODO, NO TEM- PO DA CAMPANHA”.

“O POBE QUE NUNCA TEVE NADA, ÀS VEZ DÁ O VOTO POR UMA ROUPA”.

“QUEM VIVE NESSA PRECISÃO, ÀS VEZ DÁ O VOTO ATÉ PR’AQUELE QUE DEIXA ELE TIRAR ÁGUA NAS TERRA DELE”.

“TEM GENTE QUE VENDE O VOTO ATÉ POR UMA CARGA DE LENHA”.

Não queremos com isso negar a capacidade de re- agir, face à opressão, das camadas pobres da população nordestina. Certamente a nossa história tem registros de movimentos de protestos por parte dessas popula-

mo modo, na “justiça”, o parceiro pode deixar de ser punido ou se submeter a uma pena mais leve, quando a “autori- dade” ouve o patrão. Ou, ao contrário, se o patrão o acusa, pode ser incriminado com mais rigor. E é interessante ver que o patrão não presta aquelas “ajudas” indistintamente. Quase sempre refletem, da perspectiva dele, a consciência do merecimento do parceiro (por lhe ser o morador “fiel”, porque é o “homem trabalhador” etc.).

ções e não precisa muito esforço para recordarmos alguns deles. O que estamos tentando mostrar é que, apesar das alterações havidas na estrutura desse "segmento" da sociedade, persistem ainda esses aspectos de mandonismo, de dominação e conseqüentemente de submissão.

No processo de reprodução do sistema desenvolve-se, pois, mecanismos tanto da parte do patrão como da parte do parceiro. Por ocasião da cobrança da "Renda" por exemplo, o parceiro sempre tenta enganar o primeiro (e o consegue muitas vezes), vendendo fora parte da produção antes de declarar o total (o que diminui o percentual a ser pago pelo uso de terra); trocando com um companheiro por outro produto, etc. No Brejo Paraibano, uma região onde ainda existe a chamada "sujeição" ou "condição" (15), ouvimos de um administrador de propriedade, em 1976, que muitas vezes o parceiro, nos dias em que deveria trabalhar para o proprietário, avisa que está doente e fica em casa, quando na verdade não estaria doente. E as faltas que vai acumulando, para recuperar na semana seguinte, terminam não sendo recuperadas. Do mesmo modo, com relação à política, nas regiões cearenses já mencionadas, bem como em várias outras áreas do interior de Pernambuco e da Paraíba, conforme depoimentos de eleitores (pequenos produtores, economicamente dependentes), nem sempre é dado o voto prometido: há quem assuma o compromisso de votar para o candidato X em troca de um favor recebido, sem que se cumpra a promessa. Nesse sentido, o pequeno produtor — apesar da dependência com relação ao grande, apesar da "ideologia patrimonialista" existente — consegue desenvolver mecanismos para tapear o dominador. É aqui que identificamos um certo poder de barganha, importante na dinâmica do sistema, tal como se apresenta. Essas passagens, a nos-

(15) Denomina-se *sujeição* ou *condição* um tipo de obrigatoriedade de prestação de serviços por parte do parceiro (quando é morador) a propriedade onde reside e trabalha. Esse serviço, no passado, foi prestado gratuitamente, como forma de pagamento pela moradia. Hoje, encontramos áreas em que essas diárias são pagas por um preço inferior ao vigente e outras regiões em que não há diferença no valor da diária. Geralmente, a sujeição consiste na prestação de dois ou três dias de serviço, por semana, do morador para a fazenda.

so ver, evidenciam empiricamente uma consciência e oposição de classes.

O outro tipo de relação de produção encontrado atualmente no Nordeste, nas grandes e médias propriedades, é o assalariamento. Em algumas áreas da região, esse tipo até parece apresentar-se como mais significativo (em termos da predominância) do que a parceria. É o caso por exemplo, das áreas onde se cultiva cana-de-açúcar, sobretudo nos Estados de Pernambuco, Paraíba e Alagoas. É importante salientar que há uma relação entre a expulsão de pequenos produtores das grandes propriedades e o aumento do número de diaristas ou assalariados. Nesse sentido, à medida em que sofrem pressão no campo, à proporção em que vão ficando piores as condições de vida dos pequenos proprietários e não-proprietários, eles são obrigados a se tornarem assalariados. Nesse caso, ou passam a habitar os arredores das cidades (ou pequenos núcleos urbanos), ou ficam apenas com o "lugar da casa" e passam a viver de "diárias", quando encontram serviço. A esse respeito, gostaríamos de fazer uma observação: as estatísticas oficiais por vezes têm apresentado um elevado número de assalariados em determinadas regiões. Concordamos em que essa categoria tem aumentado; no entanto, chamamos a atenção para o fato de que nem sempre o assalariado é somente assalariado. Em outras palavras, nem sempre se trata desse tipo puro. Na verdade ocorre muitas vezes um pequeno proprietário (ou parceiro) ser assalariado por determinado período do ano, pelo fato de não conseguir manter a sua família apenas com a produção da sua terra ou do seu roçado. Às vezes até se dividem os elementos da família com capacidade de trabalhar: uns ficam ligados à produção de subsistência e outros trabalhando como "diaristas" (16).

(16) Encontram-se com frequência casos em que o trabalhador passa a ser assalariado até mesmo noutra localidade. Assim ocorre quando o chefe da família (ou um filho que ainda mora com ele) trabalha praticamente a metade do ano em outra atividade na capital do Estado ou em algum outro centro urbano onde encontra serviço. Sai normalmente num período em que as tarefas agrícolas estão menos intensas. Na sua ausência, de vez em quando envia dinheiro para casa, enquanto os outros elementos da família terminam de fazer a colheita. Isso sem falar nos casos em que a saída ocorre para o sul do país, onde as possibilidades de emprego da mão-de-obra são maiores e

Dissemos que o número de assalariados está crescendo à medida em que os camponeses são expulsos das terras. Isso da perspectiva do assalariado. Do ponto de vista do proprietário ou empresário rural, e encarando as alterações do sistema como um todo, há uma relação direta entre a adoção da mão-de-obra assalariada e a infiltração do capitalismo no "segmento rural" nordestino. Nesse sentido, entram aqui componentes de uma racionalidade característica do sistema capitalista. Assim, nos casos em que uma cultura como o algodão, por exemplo, exige maior mão-de-obra, em que os custos são mais elevados, o proprietário pode optar pela parceria, como a forma que lhe permite auferir maiores lucros ou melhores rendimentos.

No caso do assalariado, as relações entre proprietário e não proprietário revestem-se de um caráter mais formal, ou de maior distância, principalmente se o trabalhador não tem vínculos com a terra da grande propriedade para a qual presta serviços. Vende sua força de trabalho, mas também não possui com a empresa ou estabelecimento agrícola vínculo empregatício. Pode-se dizer que uma das características do assalariado é essa instabilidade, essa falta de vinculação com a terra ou com a empresa; ele não tem lugar fixo, está onde encontra trabalho, mas não fica ligado à empresa como empregado, apenas executa as tarefas e é "remunerado" por um serviço prestado. "POBE É COMO PEDA (pedra). VIVE BOLANDO EM RIBA DO CHÃO. HOJE TÁ AQUI, AMENHÃ NUM TÁ MAIS. DO JEITO QUE A ÁGUA LEVA AS PEDA, A PRECISÃO LEVA NÓS".

Como dissemos anteriormente, o surgimento da categoria do assalariado pode ser visto como mais um dos mecanismos criados pelo próprio sistema, na medida em que se desenvolve e se reproduz. Nesse sentido, na medida em que se torna disfuncional a figura do parceiro ou morador, o próprio sistema gera uma outra categoria que atenda os seus interesses. Do mesmo modo, na medida em que não suporta mais as relações de dominação e dependência, geradas sobretudo a partir do uso da terra, o pequeno produtor "faz opção" ou é absorvido por uma nova forma que se lhe aparece, pas-

há mais diversificação nas opções. Portanto, nesses casos em que passa a exercer outras atividades, deixa de ser assalariado rural.

sando a ser explorado e dependente de uma outra maneira, sem perder o papel no jogo de forças de uma sociedade que se estrutura em classes.

Seguindo esse raciocínio, se compararmos o modelo econômico do pacto colonial com a realidade agrária do Nordeste atual (*), concluiremos que, no fundamental, as linhas básicas que definem a estrutura permanecem, sem, no entanto, negarmos as modificações que foram introduzidas ou geradas pelo próprio sistema, na medida em que se reproduz como sistema capitalista dependente. Continuam a existir as classes ou camadas sociais nitidamente distintas, coexistindo de tal modo que a riqueza de uma é decorrência direta do empobrecimento ou agravamento da situação de miséria da outra, sendo que a dinâmica dessa estrutura e organização da sociedade se manifesta diferentemente nos dois períodos históricos, inclusive com o desaparecimento de uns elementos e o surgimento de outros. O importante é que, nessa estrutura, esses elementos são fundamentais. O seu desaparecimento e não substituição representará certamente uma nova ordem.

Apesar de não ser propósito nosso abordar especificamente a pecuária e sim a agricultura, temos que fazer algumas referências à primeira, de vez que no Nordeste brasileiro, em princípio, só se concebe a agricultura associada à pecuária. Com algumas exceções, tem-se desenvolvido o complexo agropecuário nas grandes propriedades, onde se exploram as culturas de mercado.

Na pecuária destaca-se a criação de gado bovino, sendo, portanto, menos relevante a participação de outros tipos, com exceção talvez de uma região baiana onde se desenvolve intensamente a criação de caprinos, inclusive explorando-se a produção leiteira para o fabrico de queijo.

Acreditamos que no Nordeste ainda predomina a pecuária extensiva (17), mesmo considerando-se que tem

(*) Restringindo-nos ao Nordeste, dada a especificidade do nosso estudo, mas cremos nessas alterações para a sociedade brasileira como um todo, uma vez que acreditamos haver deixado implícito neste trabalho que não faz sentido considerar a região isoladamente.

(17) Referimo-nos ao regime de criação em que o rebanho é solto nos campos (abertos, ou em grandes extensões cercadas), alimentando-se de pastagem natural, ou mesmo posto, periodicamente, para se alimentar com as folhagens e restos das culturas agrícolas, não havendo, portanto, a

avançado bastante a mecanização e modernização nesse sentido, nos últimos anos. O surgimento das empresas agrícolas tem modificado um pouco aquele quadro, mas parece ainda ser predominante a criação extensiva, sobretudo se levarmos em conta que grande parte dessas empresas, na verdade, não funcionam como tais. "Empresa agrícola" tem sido, em muitos casos, uma formalização talvez semântica apenas, um recurso adquirido pelos proprietários de terra como forma de garantir o não fracionamento de suas áreas, através da ação do PROTERRA (18).

Quanto às relações de produção na pecuária, até há alguns anos ainda vigorava a chamada "sorte" do vaqueiro. Nesse sentido, de cada X bezerros nascidos por ano, o vaqueiro tinha direito a um percentual previamente estabelecido. Desse modo, um vaqueiro que fosse responsável por grandes fazendas (onde nascessem, por exemplo, mil ou dois mil bezerros por ano), quase sempre formava sua pequena fazenda ao cabo de alguns anos. Dependendo de sua eficiência e do seu "prestígio" junto ao fazendeiro, muitas vezes era "ajudado" por este último, que lhe concedia um pedaço de terra para criar o gado, ou recebia auxílio semelhante.

Numa fazenda, o vaqueiro é a pessoa responsável por todo o rebanho. Assim, é ele quem deve estar atento ao nascimento dos bezerros, às possíveis doenças ou acidentes com o rebanho; precisa providenciar água e alimento para o gado, inclusive fazendo as "retiradas" de um local para outro, quando se torna escassa a pastagem (19). Além disso, o vaqueiro é responsável pelas ordenhas: pelo fabrico do queijo e outros derivados. Enfim, tudo o que se refere ao rebanho o vaqueiro deve tomar conhecimento e agir devidamente.

A forma de participação do vaqueiro na produção pecuária assumia ainda variações, além da "sorte". As

prática de apreensão do gado em espaços reduzidos, com ração industrializada etc.

(18) PROTERRA — Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agropecuária no Norte e Nordeste, criado em 1971, pelo governo federal.

(19) Há casos em que o rebanho é deslocado mesmo em grandes distâncias à procura de pastagem. Inclusive, o vaqueiro pode ter que levá-lo de uma zona fisiográfica a outra: sertão-serra, por exemplo.

vezes ele tinha uma "sorte" menor, mas tinha participação na produção de queijo, por exemplo.

A exemplo do que ocorre na parceria agrícola, o vaqueiro é sempre o elemento que está "mais perto" do patrão. Nesse sentido, desenvolve-se entre ambas as partes uma teia de "relações personalistas" (20), assumindo aquele caráter patrimonialista descrito anteriormente. Assim, era muito comum o patrão levar medicamentos para a família do vaqueiro, até levar alguém para o hospital na cidade, ficando às vezes essa pessoa, enquanto doente, na sua própria (do patrão) casa. Era comum o patrão presentear o vaqueiro ou seus filhos com algum objeto aparentemente sem muito valor, até mesmo com roupas usadas ou sapatos. Era comum também a mulher do vaqueiro reservar uma galinha para o patrão levar; conservar uma rede limpa para a sua possível dormida na casa da fazenda; lavar a sua roupa sem cobrar nada; servir-lhe a alimentação no "melhor prato", oferecer-lhe garfo ao invés de colher, etc. etc., etc. Por outro lado, a família do vaqueiro tinha ainda alguns "privilégios", como: Ter um pequeno roçado sem pagar "renda", tomar leite todos os dias, etc.

Atualmente essa figura do vaqueiro, como o homem mais próximo ao patrão, bem como com direito à "sorte" dos bezerros, está desaparecendo. A maioria das fazendas no Nordeste adota hoje o pagamento de um salário fixo ao vaqueiro e o estabelecimento agrícola conta também com um administrador, a quem o vaqueiro é subordinado.

Normalmente o vaqueiro hoje assume as mesmas responsabilidades, mas sua remuneração é diferente. Isso reflete, a exemplo do assalariamento na agricultura, o avanço das formas capitalistas de produção no campo, onde as relações vão-se despidendo de aspectos pessoais e configurando-se como formais, em que a racionalidade do sistema dominante aparece agora claramente, onde a aspiração pelo lucro se coloca acima de qualquer outra. Ao mesmo tempo, o vaqueiro permanece dependente com relação ao proprietário, que detém os

(20) Denominamos "personalistas" por não serem relações entre cargos ou funções, mas entre pessoas que se conhecem bem, podendo até se criarem entre as mesmas laços de afetividade (daí a "gratidão", a "admiração", o respeito às vezes impregnado de certo temor; daí também os conflitos no plano pessoal etc.).

meios de produção, e ele apenas continua vendendo a sua força de trabalho. Igualmente ao que ocorre na agricultura, desenvolvem-se mecanismos de ambas as partes no sentido de garantir a existência do sistema, de tal modo que as disparidades inerentes à estrutura de classes se tornem mais amenas.

Dissemos anteriormente que no Nordeste a pecuária tem-se vinculado sempre à agricultura. Essa ligação se faz hoje ainda e de forma cada vez mais racional, de tal modo que sejam baixos os custos e maiores os lucros.

Não pretendemos aprofundar esse item, apenas lembrar que, no complexo agropecuário, grande número de camponeses tem deixado a parceria na agricultura para dar lugar ao gado, uma vez que, à medida em que se amplia o rebanho, ampliam-se as áreas de pastagem.

“DONA, OS POBE TÃO TUDO SAINDO DAS TERRA... EU FUI PR’A FORA DUMA FAZENDA SABE POR QUE? PORQUE O HOME QUERIA PLANTAR CAPIM PR’A CRIAR GADO. E GADO DÁ DINHEIRO, MAS GENTE NUM DÁ”. (de um trabalhador de “frente de serviço”, — Florânia - RN, 1970).

Depoimento como esse reflete realmente a penetração do capitalismo no campo. Na medida em que o homem é importante como força de trabalho para a exploração de determinadas culturas, ele é aceito e, dependendo da situação, é ainda aceito como morador ou parceiro; em outros casos, apenas como “diarista”. Mas quando sua presença se torna obstáculo e é dispensável, ele é cuspidido do contexto.

Um proprietário de terras no Brejo Paraibano, conversando conosco em 1976, demonstrava certa preocupação porque até então fora dono de engenho, fabricando rapadura e cachaça, mas resolvera mudar para a pecuária (por sua vez, por não sobreviver mais junto às usinas) e estava deixando muitos chefes de família “desempregados”. **“A CANA NÃO DÁ MAIS. NÃO DEIXA NADA. PR’A CANA, SÓ DÁ AGORA A USINA. OS ENGENHOS VÃO DESAPARECER. EU RESOLVI CRIAR GADO, MAS PR’A CRIAR GADO EU NÃO PRECISO OCUPAR MUITA GENTE. E O QUE É QUE EU VOU FAZER? NUMA PROPRIEDADE EU JÁ DISPENSEI TUDO. NA OUTRA ESTOU ARRANJANDO SERVIÇO LÁ PR’A**

ELES; ESTOU PREPARANDO TERRA PR'A CAPIM...
MAS QUANDO ESSE SERVIÇO ACABAR, EU VOU DIS-
PENSAR PORQUE AÍ SÓ PRECISO DE DOIS OU TRÊS”.

Quando exploradas conjuntamente a agricultura e a pecuária, sobretudo nas áreas algodoeiras, essas atividades se complementam. Nesse sentido, por exemplo, os restos das culturas agrícolas são aproveitadas como pastagem para o gado. E esse pequeno detalhe, como pode parecer aos olhos de muitos, de fato tem repercussões muito significativas na organização social do “segmento rural” nordestino, mais especificamente nas relações sociais de produção que lhe são inerentes. Assim, na parceria, muitos conflitos se tem criado entre proprietários e parceiros, em decorrência de ser posto o gado dentro dos roçados antes que se termine a colheita. Além disso, o parceiro é obrigado também a juntar a casca do feijão ou a palha do milho — quando são “tratados” já fora da área de plantio (21) — para servir de alimento para o gado do proprietário. Nesse momento o parceiro é mais uma vez explorado e percebe-se uma das “vantagens” em se ter parceiros. A presença do rebanho é também um dos fatores que influem na determinação do que se vai plantar.

Como se observa, no Nordeste brasileiro a pecuária e a agricultura caminham juntas desde o início do povoamento do território pelo colonizador e as relações que se desenvolvem no interior desse complexo têm assumido conotações diferentes, numa espécie de adaptação às modificações do sistema como um todo, sem perder, na sua essência, as características iniciais, dentre elas a de um modelo econômico dependente.

Em síntese, concluímos que atualmente a economia agrária nordestina continua dependente, porque voltada para o mercado externo, montada a partir da expansão do capitalismo mercantil, integrando hoje o sistema capitalista internacional. Predomina ainda a grande propriedade rural como principal unidade de exploração das culturas de exportação (sem nunca esquecer a pre-

(21) Uma vez colhidos no roçado, o milho e o feijão são colocados em um palol (espécie de grade de madeira) e aí refiladas as palhas, ficando as sementes praticamente prontas para o consumo. O palol pode ser feito em qualquer local (normalmente é feito no roçado ou junto da casa do trabalhador).

sença dos pequenos produtores dentro dessas unidades); utiliza-se nessa exploração uma mão-de-obra barata, que não se confunde com o regime escravista do modelo econômico do pacto colonial, mas é extremamente dependente. Ao lado disso, a “produção de subsistência” é garantida pelos pequenos produtores — pequenos proprietários de terra e/ou não-proprietários, que trabalham como parceiros, arrendatários, etc.

Percebe-se no sistema de produção agrário nordestino uma espécie de “aperfeiçoamento” das formas capitalistas de produção, embora assumindo em muitas circunstâncias conotações aparentemente não-capitalistas, mas que na verdade são apenas recursos encontrados pelo próprio sistema, como garantia ao seu crescimento e sobrevivência. Nesse sentido, podemos falar do mecanismo de reprodução do sistema, no seu desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Capistrano de — *Capítulos de história colonial*. 6. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira/MEC, 1976.
- *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro, Briguit, 1960.
- ANDRADE, M. Correia de — *A Terra e o homem no Nordeste*. 3. ed. São Paulo, Brasiliense, 1973.
- *Nordeste, espaço e tempo*. Petrópolis, Vozes, 1970.
- BNB — Nordeste. *Análise Conjuntural*, Fortaleza, 10, 2.º sem. 1976.
- *Relatório de 1973*. Fortaleza, DEPES, 1973.
- *Relatório de 1976*. Fortaleza, DEPES, 1976.
- COSTA, E. Viotti da — *Da Senzala à colônia*. São Paulo, DIFEL, 1966.
- GUIMARÃES, A. Passos — *Quatro séculos de latifúndio*. 3. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- HOLANDA, S. Buarque de — *Raízes do Brasil*. 9. ed. Rio de Janeiro, J. Olímpio, 1976.
- LEAL, V. Nunes — *Coronelismo, enxada e voto*. 2. ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975.
- LOUREIRO, M. R. Garcia — *Parceria e capitalismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
- MALHEIRO, Perdigão — *A Escravidão no Brasil*. 3. ed. Petrópolis, Vozes, 1976.

- MOTA, C. Guilherme (org.) *Brasil em perspectiva*. 8. ed. Rio de Janeiro, DIFEL, 1977.
- OMEGNA, N. — *A Cidade colonial*. 2. ed. Distrito Federal, Brasília, 1971.
- PRADO JÚNIOR, Caio — *A Revolução brasileira*. 4. ed. São Paulo, Brasiliense, 1972.
- *Formação do Brasil contemporâneo*. 14. ed. São Paulo, Brasileira, 1976.
- PROJETO do II Plano de Desenvolvimento Nacional (1975-1979). Brasília, set. 1974.
- QUEIROZ, M. Isaura Pereira de — *O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.
- SIMONSEN, Roberto C. — *História econômica do Brasil (1500/1820)*. 5. ed. São Paulo, Nacional, 1967.
- SODRÉ, N. Werneck — *Formação histórica do Brasil*. 8. ed. São Paulo, Brasiliense, 1973.
- SUDENE — *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*. 2. ed. Recife, 1967.
- VIANA, Oliveira — *Populações meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1973.